

MEDITAÇÕES SOBRE O PENSAMENTO, A VERDADE E AS IDEIAS

G. W. Leibniz

Tradução William de Siqueira Piauí³⁰⁹

[1] Destacadas personalidades sustentam atualmente vivas controvérsias acerca das ideias verdadeiras e falsas³¹⁰. Como este tema é muito importante para chegar ao conhecimento da verdade e nem sequer o próprio Descartes³¹¹ o tratou de forma satisfatória em parte alguma, quero apresentar brevemente algumas precisões que me parecem necessárias acerca das diferenças que é possível assinalar nas ideias e nos conhecimentos e acerca dos critérios em que se baseiam.

[2] Com efeito, o conhecimento é obscuro [1.0.0.0]³¹² ou claro [2.0.0.0], e o claro é além disso confuso [2.1.0.0] ou distinto [2.2.0.0], e o distinto é inadequado [2.2.1.0] ou adequado [2.2.2.0], e [o adequado] também simbólico [2.2.2.1] ou intuitivo [2.2.2.2 *sp*], e se é simultaneamente adequado e intuitivo é sumamente perfeito.

[3]³¹³ É obscura [1.0.0.0] aquela noção que não basta para reconhecer a coisa representada: por exemplo, [a)] certa lembrança que tenho de alguma flor ou animal que vi que todavia não chega a ser suficiente para poder reconhecê-los quando me apresentam nem para diferenciá-los de algo parecido, ou [b)] quando considero algum termo [ou vocábulo] pouco explicado nas escolas, as enteléquias de

³⁰⁹ William de Siqueira Piauí é doutor em Filosofia pela Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), licenciado em matemática pelo IME-USP/Unit, líder do grupo de pesquisa GEFILUFS, professor associado do Departamento de Filosofia da UFS (DFL-UFS) e membro permanente do PPGF-UFS, e-mail piauiusp@gmail.com.

³¹⁰ Como nos lembra Olaso, apesar de esta afirmação certamente estar relacionada, dentre outros, ao texto do filósofo, lógico e matemático, francês Antoine Arnauld (1612-1694) **Sobre as ideias verdadeira e falsas** (1683) escrito em resposta ao **A busca da verdade** (1674-5) do também francês o filósofo e padre Nicolas Malebranche (1638-1715), o que gerou uma dura controvérsia entre ambos, não se trata aqui de uma avaliação que termine por dar razão a um dos lados, ao contrário, o que se pretende é aproveitar tal ocasião para a partir dos princípios de uma outra filosofia resolver o que seria a base da controvérsia, ou seja, trata-se de oferecer uma análise de maior extensão [*in Analyse longiore*] ou reflexões/meditações sobre o conhecimento, seus graus, a verdade e as ideias. O assunto aqui tratado será reconsiderado em várias partes dos **Novos ensaios**, cf. principalmente o capítulo XXIX do livro II; para uma melhor compreensão do **MCVI**, recomendamos principalmente a parte III do “Capítulo VII Leibniz e a inventividade matemática”, que consta na presente coletânea.

³¹¹ Para repetir parte do que dissemos no início da tradução do “Característica geométrica [I – trechos]”. René Descartes (1596-1650), em latim *Renatus Cartesius*, daí a noção de “plano cartesiano” em sua homenagem, famoso filósofo e matemático francês praticamente o pai da filosofia moderna e autor do não menos famoso **Discurso do método** (1637), é certamente um dos autores mais citados por Leibniz; apareceu e seguirá aparecendo muitas vezes em toda a presente coletânea, contudo, gostaríamos de indicar a leitura principalmente da “Carta a Molanus sobre Moral, Deus e a Alma” que consta no nosso livro, já muitas vezes mencionado aqui, **Mônada e ainda uma vez substância individual** (para baixar em <https://www.editorafi.org/284monada>)

³¹² Cf. a nota explicativa ao final do texto para compreender o uso da presente classificação.

³¹³ Dividimos o presente texto em cinco partes: Introdução, §§1-2, I movimento. – uma análise de menor extensão ou um começo de resposta a Descartes, §§3-5, II movimento – uma análise de maior extensão (até onde nenhum filósofo tinha ido), §6, III movimento – primeiras consequências (sobre as definições reais e nominais: em resposta principalmente a Hobbes), §§7-8, por fim, IV movimento – outras consequências e o que se pode extrair das considerações feitas, §§9-10.

Aristóteles [por exemplo], ou a causa enquanto é comum à matéria, à forma, a eficiência e ao fim [ou seja, causa material, formal, eficiente e final], e outros termos semelhantes do que não possuímos nenhuma definição certa. Por isso a proposição [*propositio*] na qual tal noção aparece resulta também obscura. É claro [2.0.0.0], portanto, o conhecimento quando possuo aquilo com o que posso reconhecer a coisa representada [*rem repraesentatam*]; e este conhecimento além disso pode ser confuso [2.1.0.0] ou distinto [2.2.0.0].

[4] Confuso [2.1.0.0] [, por um lado,] [é o conhecimento] quando não posso enumerar em separado as notas necessárias para distinguir essa coisa de outras, ainda que a coisa possua realmente tais notas e requisitos nos quais se pode decompor sua noção: assim como reconhecemos com clareza suficiente as cores, odores, sabores e outros objetos próprios dos sentidos e diferenciamos uns dos outros, porém pelo simples testemunho dos sentidos e certamente não por notas enunciáveis. Por esta razão não podemos explicar a um cego o que é o vermelho, nem fazer conhecer aos demais as coisas deste tipo a não ser colocando-os na presença mesma da coisa e fazendo com que vejam, cheirem ou provem [, no sentido de experimentar,] ou os induzindo a recordar [*saltem praeteritae*] certas percepções semelhantes que experimentaram no passado. De toda maneira é certo que as noções destas qualidades são compostas e se podem decompor em seus elementos [*notiones harum qualitatem compositas esse et resolvi posse*], já que têm suas causas [*quippe cum causas suas habeant*]. De forma análoga vemos que os pintores e outros artistas sabem à perfeição [ou seja, sabem perfeitamente] quando algo foi realizado correta ou defeituosamente, ainda que frequentemente resulte impossível a eles dar a razão [*rationem*] de seu juízo [, de sua avaliação], e respondam a quem os interrogue soltando ao menos “um certo não sei o que” naquilo que criticam. Por outro lado, uma noção distinta [2.2.0.0] é como a que os ensaiadores [, os ourives-químicos,] têm do ouro, isto é, aquela que permite distinguir essa coisa de todos os demais corpos parecidos, por meio de notas e exames suficientes. Costumamos possuir essas noções [distintas e definíveis] quando temos [a)] aquelas que são comuns a vários sentidos, por exemplo, as noções de número, tamanho, figura, e igualmente [b)] [aquelas] de muitas afecções da alma como a esperança, o medo [etc.]; em suma, de todas aquelas coisas que temos definição [ainda que apenas] nominal, a que só consiste na enumeração das notas suficientes. Porém o conhecimento distinto [2.2.0.0] de uma noção indefinível se dá quando é primitiva [a noção], ou seja, quando é nota de si mesma, isto é, quando não pode decompor-se [*irresolubilis*] em elementos e só se entende por si mesma e, portanto, carece de requisitos³¹⁴. Mas como nas noções às vezes se reconhece claramente cada uma das notas componentes,

³¹⁴ Somente nesses casos chegamos ao fim da análise que termina no distinto; mas são pouquíssimas as noções que permitem tal análise.

ainda que de um modo confuso [ou seja, que não chegamos à noção primitiva], por exemplo, o peso, a cor, o ácido nítrico, e outras que integram as notas do ouro³¹⁵, é legítimo dizer então que tal conhecimento do ouro é distinto porém [é conhecimento] inadequado [2.2.1.0].

[5] Quando tudo aquilo de que se compõe uma noção distinta se conhece além disso distintamente ou quando a análise chega até seus últimos elementos, o conhecimento é adequado [2.2.2.0] e não sei se os homens podem oferecer um exemplo perfeito deste [tipo de conhecimento], ainda que a noção dos números se aproxime muito [dele].

[6] No geral, e especialmente em uma análise de maior extensão (*in Analyse longiore*), não vemos, todavia, a natureza total da coisa de um modo simultâneo, senão que empregamos signos [(*signis*), símbolos, caracteres] em lugar das coisas cuja explicação, ao meditar [(*cogitatione*), refletir, pensar], frequentemente omitimos por razão de economia, sabendo ou [apenas] crendo que a possuímos. Assim, ao pensar no quiliógono ou polígono de mil lados iguais nem sempre reparo na natureza do lado, nem na de igualdade [dos lados], nem na de milhar (ou seja, do cubo de dez [, isto é, 10^3])³¹⁶, senão que emprego no meu espírito essas palavras [(*vocabulis*) expressões, caracteres, signos] (cujo sentido se apresenta à mente pelo menos de um modo obscuro e imperfeito [*quorum sensus obscure saltem atque imperfecte menti observatur*]) em lugar das ideias que tenho delas, pois recorro possuir seu significado (*significationem*), ainda que no momento não considere necessário explicá-lo. Costumo chamar a este tipo de [conhecimento de] pensamento cego (*cognitionem caecam*)³¹⁷ ou também de simbólico (*symbolicam*) [2.2.2.1]: o utilizamos não só em Álgebra mas também em Aritmética e em quase tudo. Sem dúvida quando uma noção é muito composta [*valde composita*] não podemos pensar [*cogitare*] de forma simultânea todos os ingredientes [*ingredientes*] que a compõem. Entretanto, quando isso é factível, ou ao menos enquanto é factível, o chamo conhecimento intuitivo [2.2.2.2]. [Conclusão:] [A)] O conhecimento da noção primitiva distinta só se dá enquanto é intuitivo, do mesmo modo que [B)] o pensamento das coisas compostas não é senão simbólico [ou conhecimento cego].

[7] De tudo isso resulta já manifesto que não percebemos as ideias daquelas coisas que também conhecemos distintamente, senão na medida em que empregamos um pensamento intuitivo. E sucede sem dúvida que frequentemente cremos infundadamente possuir no espírito as ideias das coisas, ao supor infundadamente que já temos explicado alguns dos termos que utilizamos³¹⁸. E não é verdade ou pelo menos é ambíguo o que alguns dizem, a saber: que não podemos falar de algo, entendendo o que

³¹⁵ Fonte de longo debate, ficcional, claro, entre Leibniz e Locke nos *N.E.*

³¹⁶ Cf. também *N.E.* II, XXIX.

³¹⁷ Cf. novamente, *N. E.* II, XXIX.

³¹⁸ Eis o erro da maior parte dos filósofos, incluindo principalmente Descartes e Locke.

dizemos, se não possuimos a respectiva ideia [*non posse nos de re aliqua dicere, intelligendo quod dicimus, quin ejus habeamus ideam*]. Pois qualquer que seja o modo como entendamos cada uma destas palavras em particular ou recordemos tê-las entendido antes, muitas vezes sucede que se nos oculta a contradição que talvez encerre a noção composta, dado que frequentemente nos contentamos com esse pensamento cego [(*cogitatione caeca*) ou simbólico] e não prosseguimos suficientemente a decomposição das noções [*resolutionem notionum*]. [Exemplo I] Para examinar isto com maior distinção assinalemos que em outro tempo se forjou um argumento em favor da existência de Deus, que desde faz muito goza da fama entre os escolásticos e que Descartes renovou e que diz assim: Tudo o que se segue da ideia ou definição de alguma coisa pode predicar-se dela. A existência se segue da ideia de Deus (ou do Ser perfeitíssimo, ou seja, daquele Ser do qual não se pode pensar nada maior). (Pois o Ser perfeitíssimo envolve todas as perfeições, entre as quais está também a existência). Portanto, a existência pode predicar-se de Deus³¹⁹. Porém é preciso saber que daí só se conclui o seguinte: se Deus é possível se segue que pode existir [*si Deus est possibilis, sequitur quod existat*]. Pois para chegar à conclusão não podemos empregar com segurança as definições sem antes saber se são reais ou que não encerram nenhuma contradição [, ou seja, se não são apenas nominais]. E a razão desta exigência reside em que é possível concluir coisas simultaneamente opostas a partir de noções que encerram contradição, o que é absurdo. [Exemplo 2] Quando quero mostrar isso costumo me valer do exemplo do movimento mais veloz, que implica um absurdo. Suponhamos que uma roda gira com o movimento mais veloz [possível]. Quem não adverte que se prolongarmos um raio da roda, o extremo do mesmo se moverá mais velozmente que um prego na circunferência mesma da roda? Por conseguinte, contra o que a própria hipótese sustenta, o movimento da roda não é o mais veloz. Por tudo isso, pode parecer à primeira vista que possuimos a ideia do movimento mais veloz, pois entendemos [*intelligimus*] plenamente o que dizemos e, todavia, não temos plenamente nenhuma ideia de algo impossível³²⁰. Assim pois, de igual modo não basta com que pensemos [*cogitare*] no Ser perfeitíssimo para afirmar que temos sua ideia. Ademais, na demonstração [do Exemplo 1] que se apresentou pouco antes é preciso que se mostre ou se suponha a possibilidade do Ser perfeitíssimo para poder obter uma conclusão correta. Todavia tanto nada é mais verdadeiro que o fato de que não só temos a ideia de Deus, senão que o Ser perfeitíssimo é

³¹⁹ [P₁] Tudo o que se segue da ideia ou definição de alguma coisa pode predicar-se dela. [P₂] A existência se segue da ideia de Deus. [Intermediária de P₂] Pois o Ser perfeitíssimo envolve todas as perfeições, entre as quais está também a existência. [C] Portanto, a existência pode predicar-se de Deus.

³²⁰ Por conta dos dois tipos de exemplo em questão aqui, possibilidade do movimento mais rápido de todos (e vale o mesmo para o movimento perpétuo) e prova da existência de Deus, cremos que Leibniz retoma exatamente o **MCVI** também nos **N.E. IV, X, §7** e parte do §9, ele chega a mencionar explicitamente estar retomando um texto das **Acta eruditorum** ou de **Leipzig**; inclusive onde ele mencionará novamente Descartes e os escolásticos com relação às provas da existência de Deus, destaque para Tomás de Aquino (1225-1274).

possível ou, para melhor dizer, necessário: sem embargo, o argumento não conclui satisfatoriamente e já foi recusado por Tomás de Aquino.

[8] E assim temos também uma diferença entre as definições nominais, que só contém notas daquela coisa que é preciso distinguir de outras, e as definições reais³²¹, a partir das quais consta que a coisa é possível [*rem esse possibilem*]. E com este argumento se responde a Hobbes³²², que pretendia que as verdades eram arbitrárias [*veritatis volebat esse arbitrarias*] porque dependiam, em seu entender, de definições nominais, não considerando que a realidade da definição [*realitatem definitionis*] não é arbitrária [*in arbitrio non esse*] e que não se pode unir entre si noções quaisquer [*quaslibet notiones*]. E as definições nominais são insuficientes para uma ciência perfeita [*perfectam scientiam*] a não ser que se saiba com certeza por outro meio que a coisa definida é possível. [Conclusão parcial] Assim, pois, resulta claro por fim o que é uma ideia verdadeira e o que é uma ideia falsa³²³. É verdadeira, com efeito, quando a noção é possível, é falsa quando encerra contradição. Porém a possibilidade da coisa a conhecemos ou bem *a priori* ou bem *a posteriori*. [1]) *A priori* quando decomposmos a noção em seus requisitos [ou seja, componentes ou ingredientes,] ou em outras noções de possibilidade conhecida e sabemos que nelas não existe nada incompatível. Isto pode produzir [ou causar] a coisa. Daí que sejam uteis sobretudo as definições causais. [2]) *A posteriori*, ao contrário, quando experimentamos que a coisa existe em ato, pois o que existe ou existiu em ato é inteiramente possível. E sempre que um conhecimento se considera adequado se considera também conhecimento da possibilidade *a priori*, pois se a análise for levada até o fim e não surgir nenhuma contradição, então a noção é absolutamente possível³²⁴. Porém não me atreveria agora por certo a determinar se alguma vez as pessoas [*ab hominibus*] podem levar a cabo a análise perfeita das noções ou se é possível reduzir os pensamentos [*cogitationes*] aos primeiros possíveis e noções não suscetíveis de decomposição ou (o que vem a ser o mesmo) aos próprios atributos

³²¹ N.E. III, III, §§ 14-19 e **Discurso de metafísica** §§24-5.

³²² Já lembrado no “Capítulo II O realismo de Leibniz e a metafísica de sua geometria” da presente coletânea. O filósofo e lógico-matemático inglês Thomas Hobbes (1588-1679), autor do, para o que nos interessa aqui, **De corpore** (1665); especialmente por seu nominalismo, convencionalismo e determinismo, é outro dos autores muito criticados por Leibniz que escreveu contra suas opiniões as “Reflexões sobre a obra que o Sr. Hobbes publicou em inglês sobre a liberdade, a necessidade e o acaso”, que é um dos apêndices à nossa tradução dos **Ensaio de teodiceia**. No livro IV dos N.E., Hobbes é mencionado da seguinte maneira: “Trata-se aqui de uma forma de concordar ou de discordar toda particular. Assim, creio que esta definição [*Pela junção ou separação dos sinais cumpre entender o que se denomina proposição*] não explica o ponto em questão. Todavia, o que mais me desagrada na vossa definição [Filaletto-Locke] é que se procura a verdade nas palavras. Assim, o mesmo sentido, expresso em latim, alemão, inglês e francês, não será a mesma verdade, e será necessário dizer com o Sr. Hobbes que a verdade depende do arbítrio dos homens, o que é falar de maneira bem estranha. Atribui-se até a verdade a Deus, que, como reconheceréis – creio eu – não necessita de sinais [ou caracteres]. Enfim, já me admirei mais de uma vez do humorismo de vossos amigos [como do Sr. Hobbes], que se comprazem em tornar as essências, [ou] espécies, verdades nominais. (LEIBNIZ, 1984 [IV, V, §1], p. 319). Cf. também **De corpore**, I, III, 9.

³²³ N.E. II, XXXII e **O que é a ideia** (SP: Abril Cultural, 1983, Col. Os pensadores)

³²⁴ Nos parece que aqui tem fim a questão da hierarquia do conhecimento.

absolutos de Deus, isto é, às causas primeiras e a razão última das coisas³²⁵. No geral nos contentamos com ter apreendido a partir da experiência a realidade de algumas noções, donde posteriormente compomos outras segundo o exemplo da natureza.

[9] Assim, pois, por todo o anterior penso que se pode entender finalmente que nem sempre apelar às ideias é garantia de segurança e que muitos cometem abusos desculpando-se neste rótulo enganoso para dar solidez a certos produtos de sua imaginação, pois não possuem imediatamente a ideia da coisa da qual temos consciência que pensamos, como indiquei pouco antes com o exemplo da velocidade máxima. Mesmo assim vejo que os homens da nossa época abusam daquele princípio [cartesiano] que se lançou: *tudo o que percebo clara e distintamente de algo é verdadeiro ou pode enunciar-se desse algo* [*quicquid clare et distincte de re aliqua percipio, id est verum seu de ea enuntiable*]³²⁶. Com efeito, frequentemente as coisas que são obscuras e confusas parecem [mas só parecem] claras e distintas a quem julga com pressa. Por onde é um axioma inútil a menos que se recorra a critérios do claro e do distinto que propusemos, e a menos que seja patente a verdade das ideias. Por outro lado, não devemos desdenhar como critério da verdade dos enunciados às regras da lógica comum, que também empregam os geômetras, isto é, que nada se admita naturalmente como certo se não foi provado mediante uma experiência cuidadosa ou uma demonstração sólida [*ut scilicet nihil admittatur pro certo, nisi accurata experientia vel firma demonstratione probatum*]. Demonstração sólida é, por outra parte, a que observa a forma que prescreve a lógica, não como se fosse preciso utilizar sempre silogismos ordenados à maneira das escolas (como os que Cristian Herlin e Conrad Dasypodius apresentaram nos seis primeiros livros de Euclides)³²⁷, senão ao menos de modo que a argumentação conclua pela força da forma [*sed ita saltem ut argumentatio concludat vi formae*], inclusive que seja possível dizer que todo o cálculo [*calculus legitimus*] efetuado segundo as regras oferece um exemplo [*concepta exemplum*] de semelhante argumentação concebida na devida forma [*in forma debita*]. Assim, pois, não se deve omitir nenhuma premissa necessária e todas as premissas devem estar já de antemão ou demonstradas ou pelo menos assumidas a modo de hipótese, em cujo caso a conclusão é também hipotética. Os que observam escrupulosamente isto, poderão preservar-se sem dificuldade das ideias

³²⁵ Meio à *la Isagoge* de Porfírio, Leibniz nos coloca novamente, mas sem respondê-la, frente à questão em que teríamos duas grandes respostas possíveis, a nominalista e a realista, que consideramos longamente no “Capítulo II O realismo de Leibniz e a metafísica de sua geometria” da presente coletânea.

³²⁶ Leibniz se refere ao primeiro preceito que, em **Discurso do método** (1637), Descartes afirmava ter seguido para alcançar sua filosofia.

³²⁷ Como já o dissemos antes, em parte segundo Olaso, Cristianus Herlinus (1506-1562) e Conradus Dasypodius (1532-1600), publicaram uma edição grego-latim dos seis primeiros livros de **Os elementos** de Euclides, o **Analysis geometriæ sex librorum Euclidis** (1566), nos escólios da tradução para o latim as proposições apareciam demonstradas graças a argumentos em forma. Cf. também **Novos ensaios**, IV, I, §9.

enganosas [*ideis deceptricibus*³²⁸]. De acordo com tudo isto o talentosíssimo Pascal disse em sua notável dissertação **Sobre o espírito geométrico** (um fragmento do qual figura no extraordinário livro do muito famoso Antoine Arnauld acerca da arte de bem pensar³²⁹) que é próprio do geômetra definir todos os termos momentaneamente obscuros e comprovar todas as verdades momentaneamente duvidosas. Porém queria que houvesse precisado os limites dentro dos quais uma noção ou enunciado deixam de ser momentaneamente obscuros e duvidosos. Agora, não obstante, procuraremos dizer brevemente depois de uma atenta consideração o que é que convém extrair do que temos dito aqui.

[10] Com respeito à controvérsia sobre se vemos todas as coisas em Deus (opinião muito antiga e em absoluto [ou de modo nenhum] desdenhável se a entendemos corretamente) ou se temos, ao contrário, ideias próprias, deve-se saber que, ainda quando víssemos todas as coisas em Deus, é necessário, entretanto, que tenhamos nossas próprias ideias, isto é, não como pequenas imagens, senão como afecções ou modificações da nossa mente [*affectiones sive modificationes mentis nostrae*] correspondentes a isso mesmo que percebemos em Deus. No geral, quando em nossa mente uns pensamentos sucedem outros se verifica nela alguma mudança (*mutatio fit*). Por sua vez as ideias das coisas que não pensamos em ato estão em nossa mente como a figura de Hércules em um pedaço de mármore bruto³³⁰. Mas não só é necessário que em Deus a ideia de extensão absoluta e infinita esteja em ato, senão também que o esteja a ideia de qualquer figura que não é mais que a modificação da extensão absoluta³³¹. Por outro lado, quando percebemos as cores ou os odores, não temos, no geral, outra percepção que a das figuras e dos movimentos, porém tão numerosos e insignificantes que nossa

³²⁸ De *deceptor*: enganador, falaz, *decipio*: fazer cair em armadilhas.

³²⁹ Já mencionado na presente coletânea por conta de seus estudos de teoria dos jogos e do seu expediente matemático “triângulo característico”, que Leibniz utiliza para seu cálculo dos infinitésimos. Trata-se do filósofo, matemático e teólogo francês Blaise Pascal (1623-1662) e de sua obra **De l’Esprit géométrique et de l’Art de persuader** (1657), que deveria servir de prefácio a um ensaio sobre os elementos de geometria para crianças que seria usado nas “Petites écoles de Port-Royal”, escolas para crianças fundadas a partir de 1638 e que duraram até 1660; contudo, o texto para crianças acabou ficando a cargo de Antoine Arnauld, já mencionado em nota anterior, que compartilhava os ideias educacionais de Pascal, Jean Hamon (1618-1687), Claude Lancelot (1615-1695) e Pierre Nicole (1625-1695); com Nicole Arnauld escreveu **A lógica ou arte de pensar** ou, como ficou mais conhecida, a **Lógica de Port Royal** (1662), com Lancelot a **Gramática geral e racional** ou, também como ficou mais conhecida, a **Gramática de Port Royal** (1660). O trecho mencionado por Leibniz parece ser o seguinte: “*Cette véritable méthode qui formerait les démonstrations dans la plus haute excellence, s’il était possible d’y arriver, consisterait en deux choses principales; l’une de n’employer aucun terme dont on n’eût auparavant expliqué nettement le sens; l’autre de n’avancer jamais aucune proposition qu’on ne démontrât par des vérités déjà connues; c’est-à-dire en un mot de définir tous les termes et de prouver toutes les propositions*”. Pascal **De l’Esprit géométrique** Sec. I.

³³⁰ Cf. a mesma metáfora no Prefácio dos **N.E.**, trata-se de reafirmação do inatismo de Leibniz.

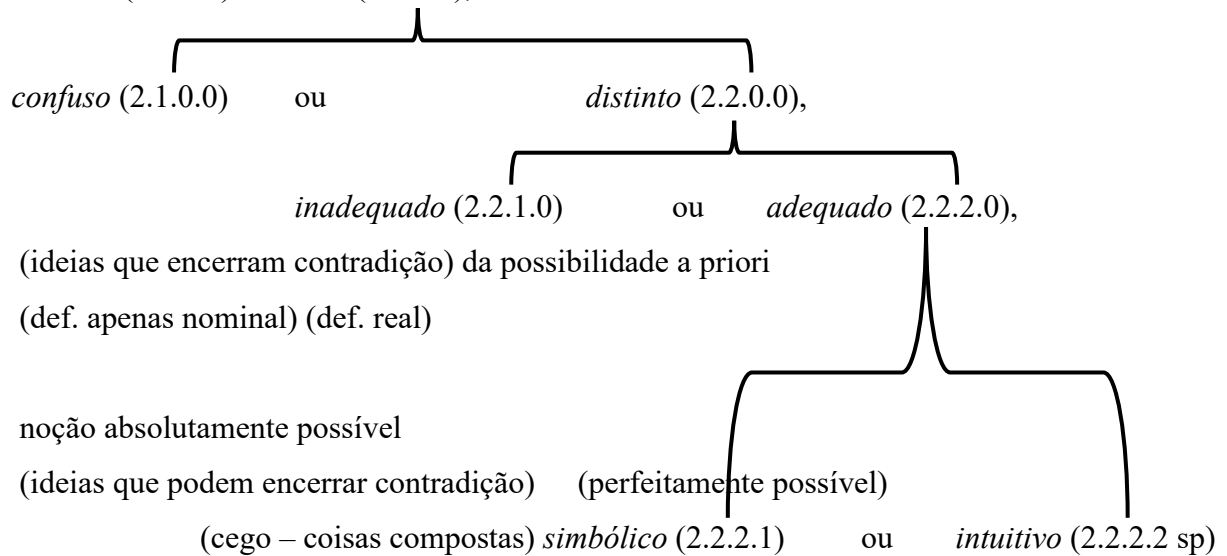
³³¹ “*At in Deo non tantum necesse est actu esse ideam extensionis absolutæ, atque infinitæ, sed et cujusque figuræ, quæ nihil aliud est quam extensionis absolutæ modificatio*”. Vejam que novamente nos encontramos diante do nominalismo de Leibniz. Apesar do platonismo por Agostinho de Leibniz, não se trata de uma retomada da **Carta VII** de Platão? Cf. **N. E.** II, XXIX, §13 e ss. IV, capítulo V e todo o capítulo XI. Sobre a noção de extensão absoluta, cf. os textos sobre a “Característica geométrica [I, II e III]” do bloco B e valerá a pena dar uma lida nas cartas a Princesa Sofia, ao teólogo Des Bosses e ao matemático Dangicourt, que integram o nosso livro, já muitas vezes citado aqui **Mônada e ainda uma vez substância individual**, que pode ser baixado em: <https://www.editorafi.org/284monada>.

mente neste seu estado presente não pode considerar distintamente a cada coisa em particular³³². Portanto, não chega a advertir que sua percepção se compõe só das percepções das figuras e movimentos pequenínissimos do mesmo modo como ao perceber a cor verde depois de ter mesclado finas partículas amarelas e azuis unicamente experimentamos em forma sensível a mistura de tais partículas diminutas de azul e amarelo, ainda que não as percebamos e, melhor, imaginamos [*fingentes*] uma entidade nova.

[“Observação sobre a árvore do conhecimento”, cf. nota do §II:

Árvore do conhecimento

obsuro (1.0.0.0) ou *claro* (2.0.0.0),



³³² Tese à qual Leibniz não deixa de se opor; cf. **Novos ensaios**, livro IV, capítulo VI, por exemplo, explicita oposição ao ocasionalismo também de Locke, cf. também “Parte I – Cartesianos e aristotélicos do passado” do “Capítulo VII Leibniz e a inventividade matemática”, que consta na presente coletânea.

Descartes/ Locke	Cognitio (notio)		Leibniz	Cognitio (notio)			
Obscura	Clara		Obscura	Clara			
	Confusa	Distincta		Confusa	Distincta		
					Inadequata	Adaequata	
						Symbolica (Caeca)	Intuitiva (Perfectissima)

]